

**RESISTÊNCIA CAMPONESA NO QUILOMBO E MOCAMBO(PI):
AGRICULTURA CAMPONESA COM PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE**

*STRENGTH IN PEASANT QUILOMBO AND MOCAMBO (PI) : PEASANT
AGRICULTURE SUSTAINABILITY WITH PRACTICE*

Josafá Ribeiro dos Santos¹

Claudio Ubiratan Gonçalves²

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar parte dos resultados de uma pesquisa sobre Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamento Rurais, tendo como estudo de caso os camponeses assentados no Quilombo e no Mocambo, localizados no norte do Estado do Piauí. A reforma agrária do Estado Capitalista moderniza a agricultura, intensifica a expansão do agronegócio e, por outro lado, “impõe” seus “pacotes tecnológicos” para o desenvolvimento de uma agricultura familiar voltada essencialmente para o mercado nos assentamentos rurais. No Quilombo e Mocambo as famílias assentadas desenvolvem uma agricultura camponesa voltada para o autoconsumo, uma herança cultural das antigas famílias que habitavam as fazendas de gado da região. Essa prática constitui-se em obstáculo à manutenção de uma agricultura e pecuária modernas. As famílias camponesas reinventam atividades socioeconômicas, culturais e ambientais para garantir a existência enquanto classe.

Palavra-chave: Resistência- Agricultura Camponesa- Sustentabilidade

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some results from a survey of Peasant Agriculture and Sustainability in Rural Settlement, taking as a case study farmers and settlers in Quilombo Mocambo, located in the State of Piauí note. The agrarian reform of the capitalist state is modernizing agriculture intensifies the expansion of agribusiness and, moreover, "imposes" its "technological packages" for the development of a family farm focused essentially on the market in rural settlements. In Quilombo Mocambo and settled families develop a peasant driven agriculture for self, a cultural heritage of ancient families abitavam cattle farms in the region. This practice constitutes an obstacle to the maintenance of a modern agriculture and animal husbandry. Farm families reinvent socioeconomic, cultural and environmental activities to ensure the existence as a class.

Keyword: Resistance-Peasant Agriculture-Sustainability

¹ Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI geojosafa@hotmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE claudio.ubiratan@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre Agricultura Camponesa e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais, tendo como estudo de caso os camponeses assentados do Quilombo e mocambo, no norte do Estado do Piauí.

Esta pesquisa constitui-se uma importante produção científica, pois aborda uma temática que vem ocupando espaço nos meios acadêmicos através de debates, discussões e produção científica que é a questão do campesinato no espaço agrário brasileiro. Nesse sentido, é de fundamental importância compreender o papel das lutas camponesas no espaço agrário piauiense: pela posse e garantia da terra; nas resistências aos “pacotes tecnológicos” da agricultura moderna e do agronegócio; na reinvenção das diversas manifestações socioeconômicas, culturais e ambientais do campesinato objetivando sua existência enquanto categoria camponesa.

A realidade do espaço agrário brasileiro é consequência de um processo histórico. Está ligada ao processo de formação do território e da sociedade. Assim, a formação do latifúndio, precarização das condições de trabalho no campo, processo de assalariamento no campo, intensificação da luta pela posse e controle pela terra, envolvendo vários segmentos sociais no espaço agrário (latifúndios, camponeses, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e trabalhadores rurais assalariados), modernização do campo e a presença de grande Capital ligado ao Agronegócio são indicativos de tensão social no espaço agrário brasileiro (MENDONÇA, 2010).

Mesmo frente ao processo de modernização do campo e consolidação do agronegócio sustentado pelo capital nacional e internacional, mediado pelo Estado Capitalista, tem-se constatado uma resistência do movimento social no campo no enfrentamento ao processo de avanço do capital. Esta realidade é vivenciada pelos camponeses (posseiros) assentados do Quilombo e Mocambo: Intervenção dos “pacotes tecnológicos” voltados para a produção dos campos agrícolas (plantios de feijão, melancia, caju, etc.), voltadas essencialmente para o mercado. É a prática de uma agricultura que se desenvolve a base de utilização de agrotóxicos. Mas, o desenvolvimento de uma agricultura camponesa, herança histórica das primeiras famílias que moravam nas fazendas de gado da região constitui-se obstáculos a intervenção da chamada agricultura familiar moderna.

Diante deste contexto, é papel da Geografia descortinar, identificar, explicar, e compreender as novas lutas e resistências dos diversos grupos de camponeses espacializados pelo território nacional. E ter a capacidade de observar a reinvenção da luta camponesa e, a partir daí, contribuir com a espacialização desse fenômeno social pelo território.

Assim, os objetivos deste artigo são: identificar e explicar as formas de resistência dos camponeses do Quilombo e do Mocambo frente ao advento de uma agricultura moderna voltada essencialmente para o mercado (desenvolvimento dos campos de produção). Também compreender o desenvolvimento das práticas de uma agricultura camponesa, resultado da herança cultural das famílias que moravam nas fazendas de gado da região.

No que se refere ao suporte teórico-metodológico, definiu-se uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, por entender que esta abordagem compreende o conjunto de práticas sociais como consequência do modo de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Pretende-se compreender o mundo social em que estão inseridos esses sujeitos: os camponeses.

Quanto ao método, optou-se pelo regressivo-progressivo, de Henri Lefebvre. A opção por este caminho metodológico é que permite compreender que as contradições sociais são históricas. Martins (1996, p.22), cita que:

Na concepção Lefebvriana de contradições, os desencontros são também de tempos e, portanto, de possibilidades... Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Por que é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição à outra a indicação de que é possível está diante do real e realizado.

Desta forma, o método regressivo-progressivo fundamenta-se a partir da premissa da totalidade aberta inconclusa, em que as superações propõem novas contradições e novas tensões, a sociedade movendo-se e transformando-se todo o tempo (Martins, 1996). O campo brasileiro está conformado por este conjunto de tensões, envolvendo diversos sujeitos sociais a partir de interesses antagônicos. Esta realidade manifesta-se no cotidiano dos camponeses assentados do Quilombo e Mocambo.

O CAMPESINATO NO PIAUÍ

Fazer uma abordagem sobre a realidade atual do campesinato piauiense passa pela compreensão do desenvolvimento da economia agrária do Piauí, o qual se caracterizou pelo desenvolvimento de três atividades econômicas: a pecuária extensiva, a lavoura de algodão e o extrativismo vegetal. Foram fundamentais para influenciar a formação política e social piauiense e da própria organização espacial do território.

Na primeira metade do século XX, a economia nacional estava passando por transformações: mudança do eixo econômico, ou seja, do setor primário exportador para uma economia urbano-industrial. A crise da economia capitalista nas décadas dos anos 1920 e dos anos de 1930 do século XX atingiu a economia agrária brasileira, contribuindo para o declínio das exportações, principalmente, do café. A partir de 1950 o Brasil impulsiona o processo de industrialização mais concentrado na região Sudeste. Moreira (2011, p.79), sintetiza esse processo de transformação econômica e espacial:

O sistema colonial se desfaz quando, paradoxalmente, vê firmar-se seu corpo territorial. Rompido aqui e ali pela trilha de bandeirantes, de jesuítas e do gado... Todavia, a virada do século XVIII para o século XIX, o marco territorial está no essencial delimitado. É quando o sistema Colonial finda. E uma nova forma de arrumação do espaço se estabelece. De um lado altera-se o arranjo econômico-demográfico e de outra, o institucional do Estado, numa nova ordem de relação do visível e invisível. O rearranjo econômico-demográfico vem da reafirmação cafeeira da centralidade plantacionista e o institucional da emergência do Estado Nacional.

Nesse contexto, o Piauí assim como outros estados do Nordeste ficou, durante décadas, submetido a um processo de exclusão, pois herdou as desigualdades socioeconômicas ligadas ao processo de formação do território brasileiro e, especificamente, do seu próprio território como: a permanência de grandes Latifúndios; a ausência da atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas sociais voltadas para o espaço rural; os conflitos e a violência no espaço agrário; migração de camponeses para outros Estados para trabalharem no corte de cana-de-açúcar, principalmente, nos Estados da Bahia, Pernambuco e São Paulo e para atuarem nas áreas de mineração, na região Norte.

Facó (1976, p.13) compreende que a pobreza no Nordeste, o isolamento de grande parte da população do interior desta região e exclusão de qualquer melhoria no conhecimento e na qualidade de vida da população está associada à própria formação econômica da região. Assim explica:

O monopólio da terra, abrigando em seu seio uma economia monocultora voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos, entrou brutalmente o crescimento das forças produtivas. Por mais de três séculos, baseou-se no regime do trabalho escravo, que se levantou como uma barreira à propagação do trabalho livre. Do trabalho escravo ainda hoje restam marcas evidentes em nossas relações de produção no campo. É o trabalho semi-servil em vastas áreas do interior, particularmente no Nordeste.

No processo de desenvolvimento e declínio das atividades econômicas no Piauí, como: pecuária bovina e o extrativismo vegetal nos séculos XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX, originou-se, também a agricultura familiar como fonte de alimento para a população.

Desta forma, a emergência de uma agricultura familiar no Brasil está ligada no processo de colonização. Constituiu-se como atividade que se desenvolvia na “periferia” da grande produção colonial, seja da cana de açúcar, ou no desenvolvimento e expansão da pecuária no nordeste. Em relação à realidade do espaço agrário piauiense a agricultura familiar desenvolveu-se, principalmente, como atividade complementar à criação do gado bovino e foi expandindo-se à medida que se acentuava a crise na pecuária, na qual as áreas de pastos não eram mais utilizadas para a expansão desta atividade, mas sim para a produção de alimentos (SANTOS, 2007).

Assim, a luta pela posse da terra envolvendo trabalhadores rurais e camponeses no espaço agrário piauiense, embora, não tenha ocorrido com a mesma intensidade como em outros Estados do Nordeste como: Pernambuco e Bahia tiveram impulso somente a partir de 1960. Nesse período a economia agrária piauiense sustentada pela pecuária bovina e o extrativismo vegetal estavam em decadência.

Com isso, as famílias camponesas eram obrigadas ao trabalho para o proprietário da terra e, ao mesmo tempo, plantar a roça com culturas temporárias, principalmente, para o autoconsumo. As lutas camponesas pela terra transcorreram nas décadas de 1960 e 1970 sob forte pressão do regime militar e, a partir de 1980 intensificam-se as lutas pela reforma agrária.

ASSENTAMENTOS QUILOMBO E MOCAMBO: RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ESPAÇO AGRÁRIO PIAUIENSE E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Para compreender a origem dos assentamentos Quilombo e Mocambo, é necessário destacar três aspectos fundamentais: o resgate histórico da origem dos

conflitos, as estratégias de organização política das famílias com organizações sindicais e setores da Igreja Católica para manter a luta pela posse da terra; o segundo está relacionado à intervenção pública, ou seja, o papel do Estado intervindo junto aos conflitos através da regularização das terras que deram origem aos assentamentos, da delimitação da área dos assentados, do fornecimento de linhas específicas de créditos (alimentação, habitação, canteio), respeitando a organização espacial produzido, anteriormente, pelas famílias e, por último, após o fim do conflito, a posse da terra para as famílias. A dimensão conflitiva passa a ser interna, na busca da contribuição de organizações políticas representativas locais, na mobilização de reuniões ou assembleias para definir pautas de reivindicações junto ao Poder Público objetivando melhorias e/ou adquirir condições de infraestrutura para os assentamentos.

Os assentamentos Quilombo (1992) e Mocambo (2002) se constituem como estudos de caso desta pesquisa por fazerem parte do contexto de luta pela reforma agrária, principalmente, a partir dos anos de 1980, apresentando a seguinte caracterização:

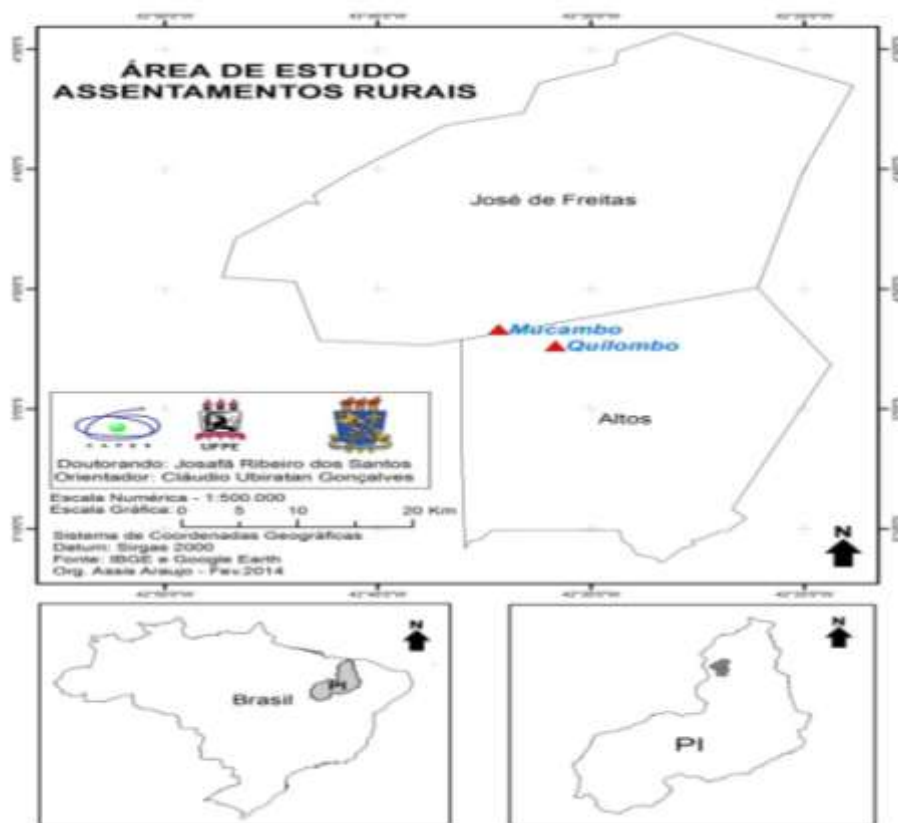
Quadro 2: Caracterização dos Assentamentos em Estudo

ASSENTAMENTOS				
		Municípios	Área	Nº de famílias
Quilombo	PA Quilombo	Altos	393,1080 ha	18
	PA Baixinha Quilombo	Altos	800,9450 ha	151
	PA Quilombo IV	Altos	329,2200 ha	36
	PA Quilombo III	José de Freitas	258,3170 ha	8
Mucambo		José de Freitas	1.409,1460 ha	64
Total			2797.6320 ha	277

Fonte: INCRA (2010) (organizado pelo autor)

Os assentamentos Quilombo e Mocambo estão situados no Território entre Rios, nos municípios de Altos e José de Freitas respectivamente. Estes municípios fazem parte da Grande Teresina. No que se refere às mesorregiões geográficas estão localizadas no Centro-Norte Piauiense (Figura 3).

Figura 1 – Área de estudo assentamentos rurais



Fonte: IBGE; GOOGLE EARTH, Assis Araújo (Orgs), 2014

Em relação às características fisiografias e ambientais das áreas dos assentamentos e região no entorno, pode-se afirmar o predomínio das Matas de Cocais, sobressaem-se os babaçuais, os carnaubais e a vegetação típica do cerrado por toda sua extensão. O clima é caracterizado como: Tropical chuvoso, com precipitações que variam entre 1.200 a 1.400mm. Em relação às condições do solo em geral, são arenosos e areno-argilosos, de fertilidade natural baixa, mas são considerados favoráveis para agricultura (CODEVASF, 2006).

Do ponto de vista do capital, as condições fisiografias de um determinado território negam os saberes e o cotidiano das comunidades que historicamente vivem dessas condições. Assim, a condição de especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos, as experiências e vivências dos sujeitos e, principalmente, as suas relações com a natureza são condições fundamentais para que famílias camponesas assentadas possam assegurar plenas condições de vida e garantir sua existência enquanto categoria social no espaço agrário (MENDONÇA, 2010).

RESISTÊNCIA CAMPONESA E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBO

O processo de luta e resistência desenvolvido pelos movimentos sociais no espaço agrário piauiense na perspectiva de uma reforma agrária, especificamente, a partir da década de 1980 acarretou desdobramentos a partir dos anos de 1990, com o surgimento de vários assentamentos em todo Estado. O Assentamento Quilombo originou-se a partir das inquietações das famílias caracterizadas como posseiros, em relação às práticas de autoritarismo, ameaças de violência, despejos das famílias pelos proprietários de terra.

A participação de entidades sindicais como a FETAG, CPT e STR foi de fundamental importância no processo de organização e formação política dos posseiros. O Estado, ausente no que se refere à atuação de políticas públicas para famílias camponesas faz-se presente como aparelho repressor.

A formação do Quilombo deu-se em 1992 e a desapropriação dos primeiros lotes processou-se no segundo semestre de 1993 da seguinte forma: a primeira área a ser desapropriada deu origem ao P.A (Projeto de Assentamento) denominado Quilombo Central ou Baixinha Quilombo (17 de agosto de 1993); em 08 de novembro de 1994 foi desapropriada uma segunda área com o nome de Quilombo II; em 22 de dezembro de 1996 surgiu o terceiro P.A com o nome de Quilombo IV, todos situados no município de Altos-Pi. No ano de 2002, foi desapropriada uma quarta área chamada de Quilombo III, localizado no município de José de Freitas-PI (SANTOS, 2007).

A prática da agricultura familiar (cultivo de arroz, feijão, mandioca e milho, abóbora, melancia) e a criação de animais (suínos, caprinos, ovinos e bovinos) e de animais para o suporte do trabalho no campo constituem a base de autossustento para as famílias camponesas. O excedente oriundo do cultivo da produção constitui-se como um complemento da renda familiar.

A garantia da terra, mesmo na forma de assentamentos rurais, para quem nela vive e trabalha é um lugar por excelência. Seu processo de organização espacial (lugar da morada, do plantio ou da roça, da pequena horta, a área de pasto para a criação de animais) é resultado do trabalho familiar, pois, é um espaço socialmente construído. Constituem-se um conjunto de espaços articulados entre si que se organiza e desenvolve-se como um sistema composto de um conjunto de insumos e produtos (Woortmann & Woortmann, 1997).

Por isto, para os camponeses do Quilombo e do Mocambo a propriedade da terra é a base, a garantia da continuidade de sua existência enquanto categoria social. Os antigos posseiros viviam sob o domínio dos proprietários, era uma vida de escravo, fora do período de escravidão, sem direito a educação formal, sem direito a terra. Suas vidas eram guiadas pelos proprietários. Eram considerados “coronéis”, que tinham poder político e econômico. Em relação ao poder político, Facó (1976) explica que estes comandam a política local através do “prestígio” político, privilegiado pela sua situação econômica e social, por ser proprietário de terra.

Sendo o Quilombo resultado da luta pela posse da terra, na qual as famílias moravam e trabalhavam na propriedade há várias décadas, pagando renda para o proprietário, a organização política, social, cultural e a produção do espaço é consequência de um processo histórico, cujas famílias desenvolveram um conjunto de atividades a partir das condições ambientais do lugar, sem promover impactos ambientais como: os desmatamentos desordenados, a caça a animais silvestres que contribui para a extinção de espécies. Essas práticas permitem que as famílias continuem produzindo as condições necessárias para a reprodução da estrutura socioeconômicas camponesas.

Neste contexto, a partir de 1997, as famílias do assentamento do Quilombo tiveram acesso às políticas de créditos, oriunda das políticas públicas destinadas ao campo. Com o crédito fomento, foram adquiridos instrumentos de trabalho e insumos agropecuários; com o crédito habitação, permitiram a construção de casas de alvenarias e com o crédito de alimentação, contribuíram para que as famílias adquirissem, de forma coletiva, produtos alimentícios básicos para a comunidade,

No final dos anos 1990, além da atuação do INCRA, com investimentos na infraestrutura, constatou-se, também a participação da Prefeitura Municipal da cidade de Altos com um programa voltado para a saúde pública (Secretaria de Saúde), para educação com implementação do ensino fundamental e médio e incentivo para o desenvolvimento de atividades culturais (Secretaria de Educação), ações e projetos para o incentivo da agricultura familiar, objetivando a diversificação e o aumento da produção agropecuária como forma de melhoria da renda para as famílias. A UFPI elaborou um projeto para o desenvolvimento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

A partir de 2003 o assentamento Quilombo através da ACOMDEPERUQ (Associação Comunitário de Desenvolvimento de Pequenos Produtores do Quilombo)

passou a implementar projetos financiados pelo PRONAF. Os programas desenvolveram as seguintes atividades econômicas: criação de caprinos, financiamentos para a criação de galinha caipira, para o plantio de caju, produção de melancia e feijão irrigados.

De 2004 até 2006 as atividades econômicas desenvolvidas nos campos agrícolas (plantação de melancia e feijão) tiveram desempenho razoável, de acordo com os camponeses envolvidos na produção. Mas, estas atividades, demonstravam a apresentação de problemas técnicos. A partir deste momento desenvolveram-se situações conflituosas entre as famílias em relação ao acompanhamento da produção, desde os processos de preparação do terreno, plantação, irrigação e colheita. Nesta perspectiva, nem todas as famílias tiveram bom desempenho na produção.

O Assentado “A”, liderança comunitária, que sempre trabalhou com produção para o mercado, afirma, mesmo com dificuldades e preocupação em ter que pagar o banco, as famílias envolvidas nesta atividade não vão desistir da produção, pois vão estar sempre procurando soluções para o que surgirem. No Quilombo, as atividades financiadas pelo PRONAF, também estão voltadas para a criação de caprinos. Essa atividade além da produção para o mercado torna-se fundamental para o consumo das famílias. A roça tradicional continuou sendo atividade desenvolvida pelas famílias camponesas assentadas, como forma de complemento da renda (SANTOS 2007).

A estrutura social camponesa é constituída historicamente através das relações de produção transmitidas de geração em geração. Por isto, garante sua autonomia diante das transformações da sociedade de um modo geral (técnicas, políticas, culturais, ideológicas, etc.). Kautsky (1980) interpreta esta autonomia quando analisa a capacidade de superação de certas dificuldades enfrentadas pelos camponeses. A perda da produção agrícola ou de parte do rebanho de animais (bovino, ovino e caprino), por motivos de ordem natural ou política se constitui como situação passageira. Da mesma forma é em relação ao mercado: “do resultado do mercado poderia depender seu abastecimento e seu luxo, mas nunca sua existência” (KAUTSKY, 1980, p.29).

Portanto, os camponeses do quilombo enfrentam problemas em relação ao desempenho da produção nos campos agrícolas, financiados pelo PRONAF. O conjunto de atividades ligado a agricultura tipicamente camponesa (a prática da roça e hortas) e a pecuária, tendo como base de produção o trabalho familiar, garante autonomia das famílias perante os problemas ligados a produção voltada para o mercado.

RESISTÊNCIA CAMPONESA E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MOCAMBO

A crise em inúmeras fazendas do interior do Estado do Piauí forçou seus proprietários a fortalecer seus negócios, a ampliar os investimentos e estrutura do poder econômico e político nas zonas urbanas, porém, não abdicaram de suas propriedades. Para manter o poder em suas propriedades, deu-se continuidade ao processo de arrendamento das terras para as famílias camponesas, que anualmente tinham que pagar a renda da terra com produtos da agropecuária (arroz, feijão, farinha, milho, fava, goma, suíno, caprinos e gado bovino) ou mesmo em dinheiro aos proprietários donos das terras.

Essa relação manteve-se por várias décadas. Além do pagamento da renda da terra, as famílias camponesas eram privadas de fazer qualquer construção nas propriedades (estradas, poços, cercas etc.), pois, já eram ameaçadas de expulsão das terras pelos proprietários. A influência das organizações sindicais FETAG, STR e CPT contribuiu para fomentar uma formação política e organizativa junto às famílias em relação à garantia da terra, porque esta se constitui a base do autossustento e sustentabilidade das comunidades.

O Assentamento Mocambo tem sua origem a partir deste contexto. Está situado no município de José de Freitas-PI. As famílias atuais são descendentes de “antigos” posseiros que, historicamente, viveram na propriedade que hoje é o assentamento. Esses posseiros “antigos”, sem posse da terra eram obrigados a fazer os mandos do proprietário da terra e o pouco de tempo que lhes restavam iam cuidar da roça.

O assentamento possui uma área equivalente a 1.466 ha, sendo composto por 64 famílias de camponeses assentados. A luta e resistência pela posse da terra deram-se a partir de 1990, influenciada pelo movimento sindical no campo. A propriedade que deu origem ao assentamento Mocambo pertencia a uma família de forte poder econômico local, situado no município de José de Freitas-PI.

Temendo a perda da propriedade pelos posseiros, o proprietário utilizou o aparato do Estado (poder político, econômico e ideológico), para proporcionar ações de violência contra as famílias (ameaça de morte às lideranças e despejo das famílias). Sob pressão, às famílias não eram permitidas de explorar os recursos naturais (exploração de rochas sedimentares e coleta do babaçu para fabricação de óleo comestível), produtos, esses comercializados no mercado de José de Freitas. O óleo produzido é utilizado na

culinária das famílias, como herança histórica. Essas atividades proporcionavam o aumento da renda.

Um aspecto importante nessa luta pela posse da terra, é que as famílias buscaram formas organizativas (reuniões sistemáticas, articulação com o movimento sindical localizado em Teresina e com setores progressistas da igreja católica) voltadas para a politização e conscientização em relação à posse da terra.

Foi somente em 2003 que ocorreu o processo de desapropriação da área, dando origem ao P.A denominado de Assentamento Mocambo. Com a garantia da terra e da organização político-social as famílias adquiriram linhas de crédito (fomento, alimentação e habitação), assegurando uma organização espacial que viabilizasse a autonomia das famílias. Com isto, intensificou-se o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa para o autoconsumo com o cultivo: do arroz, batata, feijão, milho, macaxeira, mandioca, fava e banana. Intensificou-se também a pecuária, com a criação do gado bovino, ovinos e caprinos. O excedente dessas atividades é comercializado no mercado da cidade de José de Freitas, permitindo que as famílias aumentem sua renda.

A Associação Comunitária do Mocambo tem um papel importante no sentido de promover a unidade entre as famílias assentadas. Nas reuniões periódicas sempre estão em pauta questões sobre a importância da família, do trabalho coletivo familiar, da cooperação e das formas sustentáveis de produção na terra. Também, discute-se sobre a realidade da juventude no campo, em relação à permanência do (as) jovens no assentamento, da formação educacional e dos projetos de financiamento para as atividades da agricultura e pecuária para as famílias de camponeses assentadas.

Outra questão que permeia as discussões entre as famílias está ligada a implementação dos projetos ou campos agrícolas financiados pelo PRONAF e destinado essencialmente ao mercado. As famílias do Mocambo atualmente têm resistido a este tipo de agricultura, pois esta é voltada, essencialmente, para o mercado com o cultivo, principalmente, da melancia, feijão e do caju por considerar a prática desses produtos bastante complexa. Em relação ao financiamento destes programas, os assentados afirmam que, produzindo ou não, as famílias têm que pagar ao governo, aos bancos. Além disso, surge outro impasse que para os assentados é mais preocupante: “é quando uma família de assentados se envolve com os campos de produção para vender”. Ele não tem tempo para plantar a sua roça. Assim, não pode ter o arroz, mandioca, feijão, fava. Assim, além de não dispor destes produtos, também não produzem a goma e a farinha os quais são fundamentais para a alimentação de uma família, e nem tem

dinheiro para comprar estes produtos. “Quem planta sua roça todo ano, cria suas “cabras, galinhas, suínos, “cabeças” de gado e etc.. Assim não passa fome” (Assentado “B”, Liderança Comunitária do Quilombo).

De acordo com o Assentado “C”, quando abordado sobre o desenvolvimento dos campos de produção, este afirma: “Quando a gente entra neste negócio de trabalho para o governo e para o banco, a gente fica sem sossego. Digo isso, porque tenho amigos que desenvolvem esse negócio de produção e eles só andam preocupados se vai dar certo. Não têm tempo nem para conversar, muito menos, para jogar baralho. Também cria conflitos entre as famílias. É uma vida sem sossego”.

O MODO DE VIDA CAMPONESA NO QUILOMBO E MOCAMBO: AS DIMENSÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, A PROMOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E A MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL

A economia desenvolvida pelas famílias do Quilombo e Mocambo é a economia familiar, herança de posseiros históricos que habitavam esses territórios quando ainda predominava a pecuária bovina e do extrativismo vegetal na região. Por isto, as famílias que trabalhavam e habitavam nas fazendas, ao longo de várias décadas, a partir de suas estruturas sociais e culturais próprias, tiveram na agricultura familiar, pecuária bovina, criação de caprinos, suínos e extração da amêndoa do babaçu constituía a base do auto sustento das famílias. As atividades desenvolvidas atualmente estão relacionadas a modalidades de uso comum da terra, sustentados no trabalho familiar. Em Shanin (2008, p.27):

A economia familiar tem seus próprios modelos, e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros das famílias e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

Um dos eixos fundamentais que garante as práticas da agricultura e pecuária camponesa no Quilombo e Mocambo é a relação de socialização e cooperativismo existente entre as famílias e a diversidade dos bens naturais existentes nos

assentamentos: predominância de palmeiras como: o babaçu e a carnaúba, além de tipos vegetais do Cerrado e Caatinga.

Para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a vegetação natural vai sendo substituída pelos espaços para o manejo da roça, com o plantio do arroz, feijão, milho, fava, mandioca. O sistema de roça-de-toco é uma prática da agricultura familiar que ainda ocorre, principalmente, no Nordeste. Compreende algumas etapas: brocar a mata, derrubar e, por último, queimar. Essa prática é desenvolvida antes que ocorram as primeiras chuvas, que dependendo da região pode ocorrer nos meses de setembro e outubro.

Após a colheita, os espaços da roça vão servir para o sustento do gado e dos caprinos. Posteriormente, a terra trabalhada vai passar por um processo de “descanso”, que varia de 5 a 10 anos permitindo, nesse período o crescimento da mata. A economia familiar camponesa baseada na agricultura, pecuária e extrativismo vegetal está associada à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza existente no território: a água, o solo, o ar e a vegetação.

O camponês “D”, afirma que “as famílias procuram preservar a mata. Porque, é ela que permite conservar o solo e os organismos que são importantes para o plantio. A mata também é importante para esfriar o tempo e fazer sombra para os animais como: o gado, caprinos e ovinos, além de permitir a existência dos pássaros. Por isto, dá “pena” quando a gente precisa derrubar o mato pra plantar”.

Portanto, a posse da terra para as famílias do Quilombo e do Mocambo é um recurso fundamental, visto que é por meio dela que os camponeses produzem alimentos e desenvolvem a criação de animais. Em Carvalho (2005, p.7), “é na terra que se expressam nas famílias camponesas diferentes formas de relações sociais, baseadas na prática e no cultivo de valores que os camponeses construíram ao longo de suas histórias, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si”.

No Quilombo e no Mocambo, a produção da agricultura familiar como: o arroz, feijão, fava, mandioca, milho, batata, banana é para o consumo familiar. O milho tem dupla função: quando colhido verde é apropriada para o consumo de várias formas: cozido, assado, cuscuz, quarenta, pamonha, etc. Quando seco, é armazenado para proporcionar alimento aos animais.

A colheita e o processamento da mandioca é de fato um trabalho coletivo, realizado em mutirão, desde a coleta, o transporte, a raspagem até a produção da farinha, goma, puba e do beiju. A sobra da raspagem serve como alimento para os

animais. A mandioca é como a palmeira da carnaúba, pois, tudo se aproveita. As famílias mantêm a tradição de guardar as sementes dos produtos para o plantio do ano seguinte.

Existe, ainda, o sistema de troca, realizado pelas famílias em relação aos produtos da agricultura e da pecuária. “se a produção da roça do companheiro foi pequena, sua família não vai passar fome. A gente dá um jeito. A gente garante cereais e até animais como: caprinos e suínos para que aquela família possa agüentar o momento difícil. Com certeza ela paga a gente na próxima safra, aí ele vai pagando como pode. Até dinheiro a gente arranja” (assentado “E”). Esse conjunto de práticas, segundo Shanin (2008, p.29) é consequência da:

Criatividade e Multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crises e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações em que não há créditos no Banco para os camponeses, eles podem obter créditos com parentes.

Chayanov (1974, p.47), também destaca a importância da família, sua composição nos limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica. Compreende que: “a força de trabalho da unidade de exploração está totalmente determinada pela disponibilidade dos membros capacitados na família”.

É com esta disponibilidade e capacidade que as famílias camponesas do Quilombo e Mocambo fazem uso da terra e dos bens naturais. A produção de caprinos é uma atividade dominante junto às famílias e o rebanho alimenta-se, basicamente, da cobertura vegetal da região.

Para as famílias produtoras de caprino tudo se aproveita: é alimento básico que faz parte da cultura e da culinária camponesa; a comercialização do rebanho melhora a renda para as famílias; o esterco é aproveitado para melhorar o desempenho do solo para o plantio e cultivo: da manga, caju, mamão, banana, umbu, laranja, limão, ata e etc. Preparam-se, também, pequenas hortas para a produção de alface, cebolinha, coentro, pimentão, tomate, pimenta, quiabo, maxixe, batata, etc., indispensáveis para alimentação das famílias. Essas atividades de cultivo de frutas e hortaliças são cultivadas nos lotes das residências, no “fundo do quintal”.

O processo de organização do espaço nos dois assentamentos segue o padrão espacial preexistente entre as famílias camponesas, ou seja, garantindo as formas de

nucleação da população nos locais das moradias anteriores aos assentamentos e as áreas de cultivos praticados pelas famílias. As inovações produzidas no espaço referem-se aos novos espaços destinados às escolas e aos postos de saúde. Ainda, foram definidas as áreas de reservas ambientais.

Somente no Quilombo ocorre o desenvolvimento de uma agricultura voltada, essencialmente, para o mercado. São 64 famílias envolvidas nos campos de produção agrícola, no cultivo de melancia e feijão, práticas desenvolvidas a partir de técnicas de irrigação. O que predomina no Quilombo, bem como no Mocambo é a criação de caprinos, atividade fundamental como fonte de renda e alimentação básica para as famílias.

Para os camponeses assentados no Quilombo e no Mocambo, o uso da terra e dos animais, dos bens naturais existentes nos assentamentos constitui a base para a reprodução socioeconômica das famílias, uma vez que, estes meios garantem o desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas vegetais permitindo a aquisição de renda que mantém as famílias no campo. Maluf (2003, p.137) cita que:

Esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de renda reais constantes ou declinantes para amplos segmentos da população.

A agricultura familiar e pecuária desempenha papel central no processo de reprodução econômica e social das famílias do Quilombo e do Mocambo. Trabalho e renda são permanentes. Maluf (2003, p.137), explicando a reprodução socioeconômica das famílias rurais coloca a agricultura em duas dimensões:

Uma delas é a “agricultura em geral”, formada pelos conjuntos das atividades agrícolas, pecuárias e extrativas realizadas num território, as quais estão interligadas num conjunto diverso de outras atividades (processamento e transporte de produtos, serviços, etc.). A segunda dimensão, mais restrita, é a atividade agrícola própria das famílias rurais, por sua vez, com dois componentes, o mercantil, e o autoconsumo. Nestes termos, enquanto se reduz a contribuição da produção agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias rurais, mantém-se a importância da produção para o autoconsumo familiar, bem como a da “agricultura em geral” como geradora de ocupação e um dos determinantes da dinâmica territorial.

Outra dimensão presente no mundo rural do Quilombo e do Mocambo refere-se à promoção da segurança alimentar das próprias famílias e do excedente comercializado na zona urbana de José de Freitas e Altos. A agricultura, a pecuária e o extrativismo

vegetal garantem o autoconsumo das famílias. Em relação, ao extrativismo vegetal, é explorada a amêndoa do babaçu, da qual se produz o azeite, consumido na alimentação das famílias e comercializado no mercado das referidas cidades.

Em termos gerais, as famílias do Quilombo e do Mocambo não utilizam agrotóxicos nas roças cultivadas para o autoconsumo. As famílias entrevistadas afirmam que: os produtos cultivados nas roças como: o arroz, feijão, mandioca, fava, milho, a melancia são de boa qualidade. Isto porque, não são contaminados pelo “veneno”, como os cultivados nos campos de produção.

Esse conjunto de atividades contribuiu para consolidar uma terceira dimensão: a manutenção do tecido social e cultural das famílias dos assentamentos. A mão-de-obra é tipicamente familiar com a experiência de trabalho transmitida de geração em geração como: a extração, a coleta, o transporte e o beneficiamento do babaçu e da mandioca; a coleta ou “corte” de arroz, feijão e milho. Estão presentes nestas atividades a socialização do trabalho.

A manutenção do tecido social e cultural depende do desenvolvimento da agricultura pecuária e das atividades extrativas vegetais, realizadas pelas famílias rurais. Assim, uma das questões levantadas pelas famílias é em relação à permanência dos (as) jovens no campo. Afirmam que é papel do Estado desenvolver ações no campo da educação, voltadas para a formação dos (as) jovens e para realidade socioeconômica e ambiental do espaço rural. A preservação da herança cultural no plano familiar e no comunitário fortalece o tecido social que mantém em atividade: a agricultura familiar camponesa.

Se para a conquista da terra o processo de mobilização das famílias foi intenso e que, de certa forma, contribuiu para a consolidação da identidade política, a luta pela conquista para garantir as condições de infraestrutura também envolveu diferentes formas de organização das famílias como: formação de Associações Comunitárias representativas dos camponeses assentados, representantes da igreja Católica, Strs dos municípios de Altos e José de Freitas, e da FETAG.

Desta maneira, conquistaram-se créditos administrados pelo INCRA, mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação. Esses créditos são essenciais para proporcionar as famílias condições iniciais para melhorar o desempenho junto às atividades produtivas, econômicas e melhoria da renda. Outros aspectos fundamentais ligados à infraestrutura estão associados à: disponibilidade de água, sistema de esgotos, energia elétrica, sistema de telefonia e melhoria nas estradas e transportes que

interligam os próprios assentamentos e estes aos centros urbanos. Leite et al, (2004, p.93), afirma que “a existência de estradas e transporte coletivo é determinante na vida dos assentados, seja para aspectos cotidianos da vida como, por exemplo: a relação com a cidade (comprar, resolver problemas relacionados à saúde, acesso à educação), seja para aspectos mais produtivos como a compra de insumos e o escoamento da produção”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato brasileiro está inserido no processo de formação socioterritorial do país. Sua origem, diversidade social econômica e cultural estão associados às diversas formas de resistência na luta pela posse da terra, pelo acesso livre e autônomo aos bens naturais, como o solo, as formações vegetais, e águas, condições fundamentais e patrimônio essencial para permanência do campesinato.

Assim, ao longo da história o sistema de produção camponês esteve associado na relação denominada de policultura- pecuária, na qual conseguiu desenvolver uma combinação entre diferentes técnicas para práticas de variadas culturas agrícolas e variados tipos de animais indispensáveis ao consumo familiar.

Desta forma, na cultura camponesa, sedimentada no trabalho familiar numa relação direta com os meios naturais, permite que o resultado da produção seja parte de um circuito em movimento, pois cada produto, resultado do processo produtivo possui um destino definido. Após a colheita dos produtos da roça, o espaço vira pasto para a pecuária bovina a qual os animais alimentam-se do restolho, ou seja, da palha do milho, arroz, feijão e de fava.

O modo de vida camponês, incluindo sua cultura e organizações econômicas são expressas por Chayanov, (1974). Este explica que os agricultores camponeses possuem uma racionalidade própria, baseada na relação trabalho e consumo. Neste processo, estabelece estratégias de reprodução econômica social e cultural frente às transformações mais amplas da sociedade. A família constitui o fundamento da estrutura camponês. É a fonte da força de trabalho que proporciona toda a produção para garantir a própria existência da família camponesa.

Desta forma, os camponeses do Quilombo e Mocambo têm no uso da terra, incluindo o conjunto dos bens naturais a base fundamental para o desenvolvimento das variadas atividades socioeconômicas, culturais e ambientais as

quais permitem a reprodução das famílias e de suas próprias culturas. É a garantia da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba – CODEVASF. *Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba*, PLANAP: síntese executiva: Território Entre Rios/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda, 2006. 82p.:il. – (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP; v. 4).

CARVALHO, H. M. de. *O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e lutas*. Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 2009.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo. Proposta editorial Ltda, 1980.

LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: UNESP, 2004

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. IN: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (orgs). *Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar* Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MEDONÇA, M. R. *Complexidade do Espaço Agrário Brasileiro: O Agrohídronegócio e as (re)existências dos Povos Cerradeiros*. Terra Livre. São Paulo / SP. Ano 26, V.1, n. 34. p. 189 – 202. Jan- Jun/2010

MOREIRA, R. *Sociedade e espaço geográfico o Brasil: Constituição e Problemas de Relação*. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, J. R. dos. *A questão agrária no Piauí e as políticas de sustentabilidade para os assentamentos rurais: a experiência do assentamento quilombo em Altos – José de Freitas – PI* (Dissertação de Mestrado). Teresina, 2007.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: *Campesinato e territórios em disputa*. Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia 2008.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra. A Lógica Simbólica da Lavoura Camponesa*. Brasília: Universitária de Brasília, 1997.